



“O governo reconhece a urgência climática como um desafio central da humanidade.” A afirmação da embaixadora Tatiana Rosito, secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, abriu o painel Finanças sustentáveis, durante o evento Pré-COP30 – A Casa do Seguro, realizado, em Brasília, pela CNseg.

Mediado pela diretora de Sustentabilidade da CNseg, Claudia Prates, o debate reuniu representantes de diferentes elos do sistema financeiro: governo, bancos, mercado de capitais e sociedade civil, para discutir como destravar o financiamento climático e ampliar a escala dos investimentos verdes no Brasil.

O papel do governo na mobilização de capital verde

A embaixadora destacou que o governo brasileiro tem buscado criar mecanismos para reduzir riscos e atrair capital privado, citando iniciativas como o Fundo Clima, o Eco Invest, que “visa atrair capitais privados e internacionais para inovação”, e a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e Transformação Ecológica, que já reúne 16 projetos, somando R\$ 22 bilhões em investimentos estimados.

“O governo reconhece a urgência climática como um desafio central da humanidade”, disse, ressaltando que a taxonomia sustentável brasileira e o novo mercado de carbono serão instrumentos decisivos para direcionar investimentos e acelerar a transição ecológica.

Garantias e mecanismos de risco: a visão da filantropia

A CEO do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Maria Netto, enfatizou que o desafio central está em “criar mecanismos de garantias e de gestão de riscos que atraiam o investimento privado”. Para ela, o país precisa desenvolver instrumentos de de-risking e blended finance que combinem recursos públicos, privados e filantrópicos de forma eficiente.

“Ainda carecemos de garantias inovadoras no Brasil”, observou. Maria também destacou o papel dos sustainability-linked bonds, que associam metas de desempenho à remuneração de títulos, como modelo de incentivo a resultados ambientais concretos.

O olhar do setor bancário sobre a transição climática

Representando o setor bancário, o diretor-executivo de Sustentabilidade da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Amaury Oliva, lembrou que os bancos estão “no epicentro das cadeias produtivas” e têm papel duplo: financiar projetos sustentáveis e gerenciar riscos ambientais e climáticos. “Crédito tem um impacto positivo quando bem direcionado”, disse.

Ele citou avanços como a taxonomia verde da Febraban, que indica que 21,2% do crédito corporativo já é destinado à economia verde, e a autorregulação bancária, que inclui protocolos como o da cadeia da carne, exigindo rastreabilidade para evitar desmatamento ilegal. Amaury ressaltou ainda o engajamento dos bancos no programa Eco Invest e nas metas de neutralidade de carbono: “mas o banco não será net zero se os clientes não forem net zero.”

O mercado de capitais e a construção de uma agenda transversal

Pelo lado do mercado de capitais, Cacá Takahashi, diretor da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), destacou o papel de indução e engajamento da associação, que representa uma indústria de fundos superior a R\$ 10 trilhões. “Estamos falando de uma agenda transversal, que só avança com colaboração”, afirmou.

Ele apresentou ações da Anbima, como a inclusão da sustentabilidade nas certificações profissionais, a autorregulação para emissão de títulos verdes e de sustentabilidade e a criação de uma rede aberta de sustentabilidade, que discute soluções de descarbonização, blended finance e regulação climática. “Só chegaremos onde precisamos se trabalharmos de forma colaborativa entre todos os setores”, completou.

Um esforço conjunto rumo à COP30

Claudia Prates encerrou o painel destacando a importância da atuação conjunta entre CNseg, Febraban e Anbima na construção da jornada para a COP30, que vem promovendo webinares e ações conjuntas de capacitação e integração entre os segmentos.

“Estamos aproximando o setor de seguros, bancário e de capitais para unir esforços em prol do financiamento climático”, afirmou a diretora da CNseg.

Fonte: CNseg, em 13.10.2025